Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Discurso da hora

Já tem muita gente rouca de tanto afirmar que os relatórios da Polícia Federal sobre o caso Master e os ministros do Supremo Tribunal Federal representam um tapa na cara da sociedade. Congressistas de diversos matizes vão reclamar, mas é difícil a indignação mudar algo no STF.

Setor prestigiado

Com a mineração na moda e presente na geopolítica internacional, a festa de 50 anos do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) reuniu deputados das mais diversas matizes. Nos bastidores, as apostas sobre o Ministério de Minas e Energia dividiram as excelências, com as mais fichas colocadas na permanência de Alexandre Silveira no cargo.

Por falar em ministério...

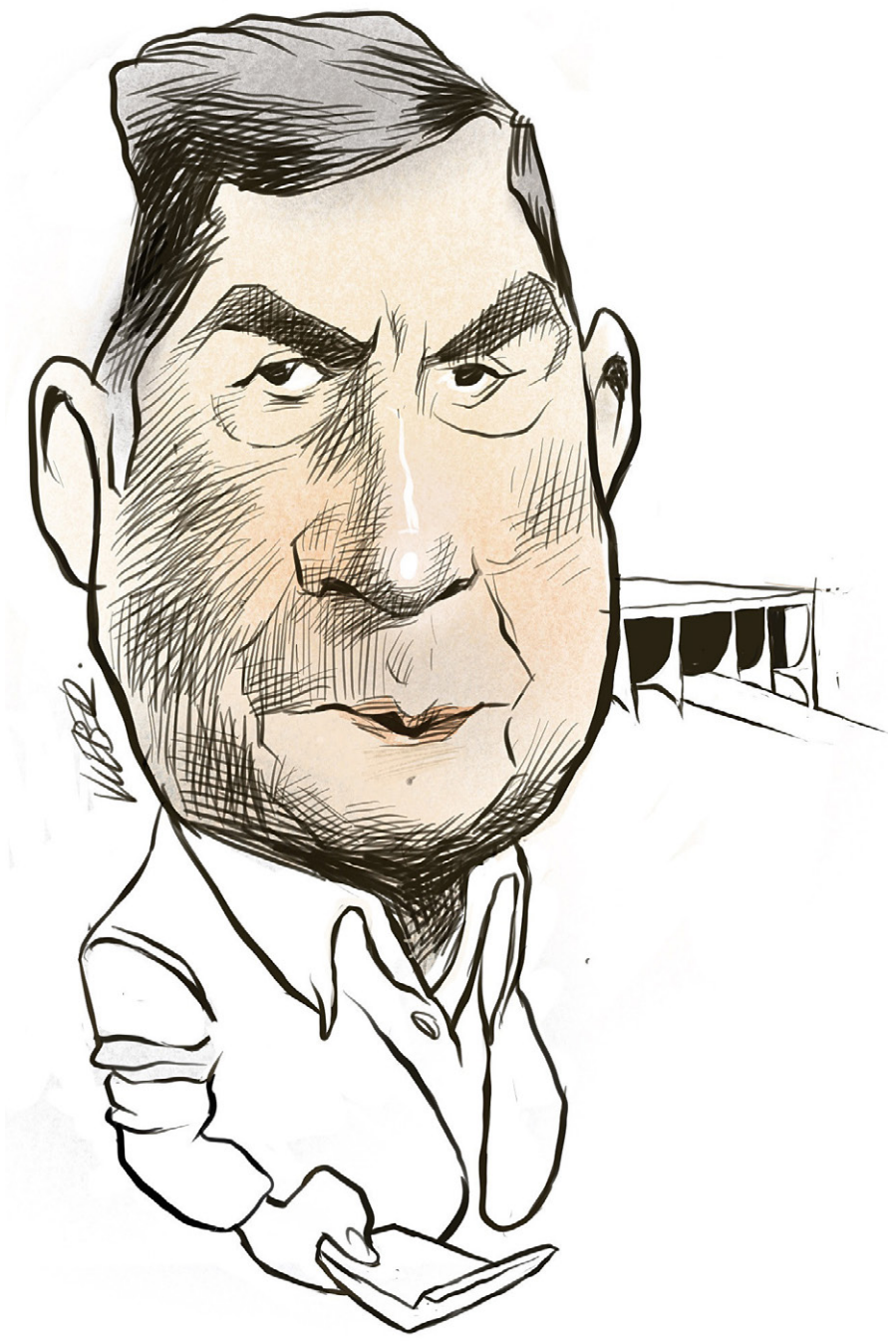
Se nesta quadra houve uma profusão de paraibanos no governo e em postos chaves da administração, para o Lula 4 vislumbra-se um acúmulo de cearenses. São oito cotados, incluindo Camilo Santana para a Casa Civil.

O quarteto quase quinteto

Camilo, aliás, é quem está no núcleo mais próximo de Lula, junto com o governador do Piauí, Rafael Fonteles; o presidente do PT, Edinho Silva; e o senador eleito Rui Costa. Há petistas que incorporam a esse grupo Fernando Haddad. Outros, não.

Trabuco na área

A conversa entre o presidente Lula e o presidente do Conselho de administração do Bradesco e do Movimento Brasil Competitivo, Luiz Carlos Trabuco, foi uma sondagem para a Fazenda, mas ainda sem um desfecho. Quer saber o que cada um pensa e avaliando reações. Nesses três dias depois da conversa com Trabuco descobriu que, se o executivo do mercado for ministro, correrá o risco de ser fritado pelo PT. Tal e qual ocorreu com o ministro Joaquim Levy no governo Dilma Rousseff. O perfil, avisam os integrantes do PT, tem que ter jogo de cintura político. Em outras palavras, o PT sabe que a escolha é de Lula, mas, se puder opinar nessa seara, dirá não à nomeação de Trabuco.



» » »

Música para os ouvidos/ O discurso de Trabuco na última segunda-feira, porém, quando assumiu o Comando do Movimento Brasil Competitivo, substituindo José Gerdau, mirou no alto custo do capital para os empresários. Leia-se, taxas de juros. Ainda que não esteja nada confirmado, Trabuco na Fazenda poderia representar uma aproximação com o mercado avesso ao PT. Mas, assim como os "yuppies da Faria Lima", teria dificuldades de convivência com o PT.

CURTIDAS

Danandra Rocha/CB/DA.Press



Do café ao jantar/ Pré-candidata à Presidência do Senado, Tereza Cristina (PP-MS/foto) fez questão de comparecer ao café da manhã do presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), com a bancada feminina. À noite, estava na festa de aniversário do senador Rogério Marinho (PL-RN), no Club Marina, às margens do Lago Paranoá. Nas duas oportunidades, cuidou da própria campanha.

Ajuda aí/ No café, ao declarar que era candidato a mais dois anos no comando da Casa, Alcolumbre lembrou que Tereza também estava no páreo: "Bom saber que você está pedindo votos pra mim", brincou a senadora.

Tempo de reunião/ A bancada do PSD abriu a temporada de confraternizações políticas em Brasília com um jantar para a bancada. O presidente Gilberto Kassab; o presidente do PSD do Distrito Federal, Paulo Octávio; e líder, Antonio Brito, foram ladeados por demais parlamentares.

A visão dele/ O deputado Alberto Fraga (PL-DF) tem insistido na ideia de evitar que o STF interfira nas posições políticas: "Seja direita, seja esquerda, não pode ser calado pelo STF", afirma.

GOVERNO

Lula põe foco na segurança

Presidente ouve ex-titulares da pasta da Justiça. Nos bastidores, aliados incluem Alckmin na lista de possíveis ministros

» ARMANDO HOLANDA

Em meio às costuras para a composição do primeiro escalão de seu quarto mandato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) começou a discutir com maior profundidade a estruturação do Ministério da Segurança Pública. O petista reuniu, ontem, no Palácio da Alvorada, três ex-ministros da Justiça: Tarso Genro, Ricardo Lewandowski e Flávio Dino, atualmente ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), para colher contribuições sobre a configuração da nova pasta. Paralelamente, aliados do chefe do Executivo nacional apostam no vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) para capitanear o ministério. O nome dele também é aposta do mercado e preferido por membros do partido socialista para a Fazenda.

A criação da pasta, após a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública pelo Congresso Nacional, impõe ao presidente duas missões: definir o desenho administrativo do ministério, incluindo a distribuição de órgãos estratégicos, e escolher um nome de peso político para conduzir uma das áreas mais sensíveis do próximo governo. A segurança pública esteve no centro das discussões durante a corrida presidencial deste ano e foi um dos principais pontos de embate entre Lula e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Além dos três ex-ministros, participaram da reunião Alckmin; a ministra da Casa Civil, Miriam Belchior; e o titular da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva. O encontro, segundo Genro, serviu para que cada um dos convidados apresentasse ao presidente sua avaliação sobre as atribuições que devem ser incorporadas à nova estrutura. Não houve, contudo, deliberações sobre o destino de órgãos ou a escolha de quem comandará a pasta.

Em conversa com jornalistas após a reunião, Genro afirmou que houve convergência sobre a necessidade de ampliar a atuação do governo federal no enfrentamento ao crime transnacional. A avaliação é de que a configuração do ministério deve levar em consideração as transformações geopolíticas e a internacionalização das organizações criminosas.

"O novo Ministério da Segurança Pública tem que ter uma ocupação também nas suas tarefas das questões geopolíticas", defendeu. O ex-ministro ponderou que parte dos delitos registrados nas grandes regiões metropolitanas do país constitui a etapa final de uma cadeia criminosa que extrapola as fronteiras brasileiras.

Na avaliação de Genro, a estrutura a ser montada pelo governo precisa contemplar tanto o enfrentamento ao tráfico de drogas, que envolve países do Cone Sul, quanto os crimes ambientais na Amazônia e o tráfico internacional de pessoas. Para o ex-ministro, a dimensão territorial da segurança pública já não é suficiente para compreender a complexidade da atuação das organizações criminosas.

Aposta em Alckmin

Embora a escolha do futuro ministro não tenha sido objeto da reunião, o nome de Alckmin desponta entre as apostas de aliados de Lula. A eventual ida do vice-presidente para a Segurança Pública também passa pelas discussões sobre o espaço que será destinado ao PSB na Esplanada dos Ministérios. Atualmente, o socialista acumula a Vice-Presidência com o comando do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

Uma eventual mudança de pasta representaria um deslocamento do vice para uma área na qual também acumula experiência administrativa. Alckmin governou São Paulo por quatro mandatos, período em que esteve à frente da gestão das forças de segurança do estado. O peso político do cargo que ocupa também poderia favorecer a interlocução com governadores, independentemente da coloração partidária.

A aposta, contudo, não significa que o martelo esteja batido. Questionado sobre a possibilidade de terem sido ventilados nomes ou discutido o perfil — político ou técnico — do futuro titular da Segurança Pública, Genro negou que o assunto tenha entrado na pauta.

"Não, não, absolutamente", respondeu. O ex-ministro classificou como impróprio que os convidados fizessem indicações naquela ocasião, embora não tenha descartado que o presidente possa ter tratado do tema individualmente com interlocutores.

Outro ponto que carece de definição, segundo interlocutores, é a distribuição dos órgãos entre as estruturas do governo. Durante o encontro, chegou-se a discutir o destino do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), responsável pela produção de inteligência financeira, mas não houve consenso formalizado.

DIREITOS DA MULHER

O avesso do avesso de Chiquinha Gonzaga

» RAFAELA BOMFIM

A entrega da Medalha de Reconhecimento Chiquinha Gonzaga à deputada estadual eleita por São Paulo Eduarda Campopiano (PL), mulher mais votada do estado nas eleições de 2026, provocou manifestações de parlamentares, entidades e movimentos feministas. A cerimônia, inicialmente prevista para 3 de dezembro, foi antecipada para terça-feira (24/11) pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em meio à pressão contra a homenagem.

Campopiano recebeu 1.956.238 votos no pleito de outubro. Aos 23 anos, tornou-se alvo de críticas por declarações contra o movimento feminista e por questionar publicamente a existência do feminicídio. A concessão da medalha também foi contestada por um abaixo-assinado que ultrapassou 500 mil assinaturas.

Conhecida nas redes sociais por se apresentar como "a maior inimiga das feministas de SP", a parlamentar já publicou declarações contrárias à atuação do movimento.

João Bernardo/CMRJ



Eduarda Campopiano e Lucas Pavanato: homenageados no Rio de Janeiro

Em 2021, escreveu: "Não devo nada ao feminismo. Nenhuma mulher deve". Em março deste ano, classificou o feminicídio como uma "armadilha retórica" e afirmou que um homem não mata uma mulher pelo fato de ela ser mulher.

As manifestações voltaram ao centro do debate durante a solenidade, quando Campopiano questionou a associação de Chiquinha Gonzaga à militância feminista. "Falam de Chiquinha Gonzaga como se Chiquinha Gonzaga tivesse sido uma militante feminista escandalosa, gritando no meio da rua. Chiquinha Gonzaga foi uma guerreira de muita classe", declarou. A deputada também atribuiu as conquistas da compositora ao mérito individual e ironizou as mulheres que participaram da mobilização contra a homenagem: "Se organizem melhor na próxima. Quem sabe assim vocês conseguem o título de mulher mais votada do Brasil".

A escolha foi criticada pela antropóloga Débora Diniz, que apontou contradições entre o discurso da parlamentar e a história da artista. Chiquinha Gonzaga rompeu convenções sociais do século 19, enfrentou a autoridade marital, conquistou independência financeira por meio da música e participou da luta abolicionista. Para a pesquisadora, a trajetória da personagem histórica está relacionada à emancipação feminina e à resistência às estruturas patriarcais.

A deputada federal Anielle Franco (PT-RJ), ex-ministra da Igualdade Racial, também criticou a concessão da medalha. "A Câmara Municipal do Rio conceder a Medalha Chiquinha Gonzaga a uma parlamentar que se declara inimiga do feminismo e já questionou a existência do feminicídio é uma afronta à história de luta das mulheres", escreveu. Anielle ainda questionou a homenagem concedida a Lucas Pavanato (PL-SP), deputado federal eleito, que recebeu o Conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto.